

NÍVEIS DE ALFABETISMO NO TERRITÓRIO DO SISAL: ESTUDO DE UM LIVRO DE REGISTRO DE NASCIMENTO (1933- 1934)

Huda da Silva Santiago (UFBA)²²

Resumo: Neste trabalho, o objetivo é apresentar alguns índices de alfabetismo do Território do Sisal, no semiárido baiano, contribuindo com a busca de indícios acerca do processo de penetração e difusão da cultura escrita nessa região, na primeira metade do século XX. No âmbito da História da Cultura Escrita, campo que se desenvolve sob a tendência da História Cultural, que enfatiza práticas de pessoas comuns, de anônimos, propõe-se uma abordagem que evidencie as produções dos que estão à margem da sociedade, relegados da história oficial. Nesse sentido, este estudo é motivado pela possibilidade de se encontrar a recorrência à prática de escrita por indivíduos com baixo nível de letramento, oriundos da zona rural, espaço em que as escolas, nesse período, ainda não eram presentes. Verificam-se alguns índices de alfabetismo pela mensuração da capacidade de assinar dos declarantes dos Registros de Nascimento constantes no Livro número 11, de Conceição do Coité-BA, em 1933 e 1934. Para isso, utiliza-se o *cômputo de assinaturas*, como é conhecido o método, considerando-se o perfil sociológico dos declarantes, a partir do cruzamento dos aspectos sexo/gênero, origem geográfica (rural/urbana) e ano de nascimento, com o binômio assinante *versus* não assinante/assinatura a pedido. Os resultados evidenciam que é significativa a taxa de indivíduos da região que não sabem assinar no início do século XX, principalmente os oriundos da zona rural, constando muitas assinaturas a pedido, por não saber ler e escrever, como justificam os declarantes. Além disso, uma breve análise de caráter qualitativo demonstra que, quanto à execução gráfica, algumas assinaturas são de pessoas mais hábeis em escrita e outras com traçado mais inseguro, possivelmente, saídas de mãos pouco hábeis, de sujeitos em níveis incipientes de aquisição da escrita. Através da mensuração dos índices de alfabetismo, pela quantificação da capacidade de assinar dos declarantes dos Registros de Nascimento, referenda-se a possibilidade de se investigar, por meio de indícios, as práticas de escrita de grupos sociais subalternos, nesse caso, dos sertanejos baianos, ainda pouco estudadas sob essa perspectiva, elucidando questões referentes ao processo de difusão da escrita nesse espaço/tempo.

Palavras-chave: História da Cultura Escrita; cômputo de assinaturas; Semiárido baiano.

Introdução

²² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a orientação da Profa. Dra. Zenaide de O. Novais Carneiro. Integra a equipe do projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS) e do *Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do Português Brasileiro*, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS-BA).

O objetivo deste trabalho é verificar alguns níveis de alfabetismo referentes ao Território do Sisal, na Bahia, no período de 1933 a 1934, a partir da quantificação de assinaturas em Registros de Nascimento do Livro número 11, do Cartório de Conceição do Coité. Oliveira e Lobo (2012) indicam duas possibilidades que são consequência da nova fase, marcada pela exploração de arquivos, dos estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro, uma que se refere à reconstrução mais aproximada do chamado português popular brasileiro e outra que diz respeito à análise das práticas de leitura e escrita de indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos. É essa segunda possibilidade que motiva o interesse pela referida fonte e pelo período correspondente ao início do século XX, já que, em um estudo anterior, com cartas pessoais escritas por sertanejos dessa região (SANTIAGO, 2012), durante esse século, evidenciou-se a recorrência à prática da escrita por indivíduos com baixo nível de letramento, oriundos da zona rural, espaço em que a presença de escolas era rara.

A mensuração dos índices de alfabetismo pela quantificação da capacidade de assinar daqueles que foram declarantes dos Registros de Nascimento pode, então, contribuir para o surgimento de mais pistas acerca da penetração da cultura escrita nessa região do semiárido baiano. Tendo como base teórica os pressupostos da História da Cultura Escrita (CHARTIER, 2004; GÓMEZ, 2003; LANGELI 1996; entre outros), e a metodologia do cômputo de assinaturas, conforme Marquilhas (2000), apresentam-se, a seguir, alguns resultados deste estudo preliminar, que indicam outras possibilidades, inclusive, a perspectiva de uma análise de cunho qualitativo.

1 Sobre o campo de investigação

Em meio às novas tendências do fazer historiográfico, que se estabelecem a partir de meados do século XX, a História da Cultura Escrita afirma-se como um campo profícuo, buscando interpretar as práticas sociais de escrever e de ler, em um projeto que reconhece a escrita, segundo Gómez (2003, p. 96), como algo mais que um mero sistema gráfico, questionando acerca das suas diferentes funções e práticas materiais, sempre em referência às respectivas sociedades históricas, “[...] teniendo en cuenta que em cada momento la sociedad há estado formada por alfabetizados y analfabetos”²³. Sob essa

²³ [...] tendo em conta que em cada momento a sociedade é formada por alfabetizados e analfabetos. (Tradução nossa)

tendência, os estudos da História da Cultura Escrita – considerando que a História Cultural enfatiza o ponto de vista das pessoas comuns, dos anônimos – propõem uma abordagem que valorize e evidencie as práticas/produções cotidianas, daqueles que estão à margem da sociedade, relegados da história oficial.

Esses novos paradigmas historiográficos fizeram emergir o interesse pela quantificação e medição, que se traduz em estudos de séries relativamente homogêneas de dados, cujo valor, como instrumento de análise histórica, é evidenciado por Langeli (1996, p. 88), ao comentar sobre o que justificava, ideologicamente, essa tendência, em meio à chamada “revolução quantitativa”: “[...] la posibilidad que ofrecía de recuperar para el conocimiento histórico no sólo a los protagonistas sino también a los individuos anónimos, no sólo los acontecimientos espectaculares sino también los fenómenos de fondo, repetitivos, de masa”²⁴. A quantificação é percebida, então, como uma dimensão real dos fatos históricos, e pode ser aplicada a todos os fenômenos que são de algum modo seriáveis, suscetíveis de serem constituídos em séries homogêneas.

Ao perceber a difusão social da escrita como um dado mensurável, o alfabetismo é um tema, ainda segundo Langeli (1996), que não deve ser esquecido, no sentido de que as relações entre a história dos fenômenos de escrita e a história quantitativa conduzem à indagação de quem são e quantos são os que escrevem em uma dada sociedade. Assim, o estudo do alfabetismo é visto como uma operação historiográfica significativa por si mesma, já que as sociedades podem ser descritas pelo espelho da escrita: o alfabetismo é “[...] un punto vantajoso de observación para conocer y hacer conocer una sociedad.”²⁵ (LANGELI, 1996, p. 98). Essa compreensão pressupõe a percepção das diferenças e desníveis da área alfabetizada, caracterizada como algo heterogêneo, plural, de modo que os produtos gráficos e as instituições de escrita são instrumentos de seleção no processo de produção e distribuição da cultura.

A busca por testemunhos gráficos produzidos por indivíduos escreventes de um determinado grupo social, não enquanto escritores profissionais, mas como indivíduos capazes de escrever e obrigados, por motivos diversos, a recorrer a esta capacidade (LANGELI, 1996), tem sido contemplada com a recorrência às assinaturas. Ao verificar

²⁴ [...] a possibilidade que oferecia de recuperar para o conhecimento histórico não só os protagonistas, mas também os indivíduos anônimos, não só os acontecimentos espetaculares, mas também os fenômenos repetitivos, de massa. (Tradução nossa)

²⁵ [...] um ponto vantajoso de observação para conhecer e fazer conhecer uma sociedade. (Tradução nossa)

os níveis de alfabetização na sociedade portuguesa seiscentista, Marquilhas (2000) menciona os pioneiros na adoção da assinatura como unidade de medida. No século XIX, o cálculo dos alfabetizados das sociedades ocidentais começou a ser feito a partir das assinaturas de registros matrimoniais, em publicações britânica, francesa e portuguesa. Sobre o lugar que a quantificação do alfabetismo ocupou na historiografia da alfabetização europeia, conforme a autora, essa metodologia oitocentista ganha lastro teórico em 1968, “quando Roger S. Schofield quis reconhecer na capacidade para escrever o próprio nome a única medida *universal, padronizada e directa* que indicava quase satisfatoriamente a competência alfabética de grupos sociais historicamente delimitados.” (MARQUILHAS, 2000, p. 85).

Uma ressalva é feita por Chartier (2004) em relação a esse método do cômputo das assinaturas, ao afirmar que as porcentagens de assinantes podem indicar globalmente o grau de familiaridade com a escrita, alcançado por determinada sociedade, mas não podem ser consideradas como a medida direta das competências de ler e de escrever, devendo-se, pois, avaliá-las como “indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa.” (CHARTIER, 2004, p. 114).

No Brasil, são poucos os estudos que se voltam para a História da Cultura Escrita a partir dessa perspectiva quantitativa, de mensuração dos níveis de alfabetismo. Há, no entanto, algumas iniciativas. Renato Venâncio (2001), no texto “Migração e alfabetização em Mariana colonial”, faz uma análise dos níveis de alfabetização referentes à cidade de Mariana setecentista, relacionando-os aos movimentos migratórios, no intuito de mostrar a complexidade que envolve a história social da língua portuguesa no período colonial. Tânia Lobo e Klebson Oliveira, analisando as assinaturas constantes nos depoimentos de Livros produzidos durante a visita da Inquisição à Capitania da Bahia, apresentam resultados que permitem avaliar a difusão social da escrita nos primórdios da colonização do Brasil, nos textos “Aos olhos da inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos” (LOBO; OLIVEIRA, 2013a) e “Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos” (LOBO; OLIVEIRA, 2013b). São trabalhos produzidos no âmbito do programa de investigação

do campo “História da Cultura Escrita no Brasil”, da Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia²⁶.

Este estudo segue essa linha de investigação, buscando, a partir dos registros de nascimento, indícios dos níveis de alfabetismo no Território do Sisal, na Bahia, no início do século XX.

2 O Livro de Registro de Nascimento

São raras as fontes que permitem compor séries relativamente homogêneas (datadas e localizadas), que possibilitem perceber, quantitativamente, a capacidade de assinar de indivíduos de uma dada época/espaço, principalmente porque essas fontes precisam apresentar informações acerca das características sociais daqueles que assinam e dos que não assinam (assinatura delegada), o que é fundamental para a composição do perfil sociológico da comunidade em estudo. Sobre o material de base do historiador do alfabetismo, Langeli (1996, p. 93) revela algumas possibilidades:

En la práctica se trata de serie de firmas, como se encuentran, por ejemplo [...] en los registros de estado civil; [...] Sólo las firmas de ámbito burocrático tienen la cualidad de indicador *universal, standard* e *directo* que por primera vez Schofiel juzga indispensable para construir una historia del alfabetismo.²⁷

Sobre as discussões que questionam a capacidade informativa das assinaturas, sob a alegação da impossibilidade de uma relação direta entre a capacidade de assinar e a capacidade de escrever e/ou ler, o autor alerta que basta ser consciente das razões que recomendam a utilização criteriosa das séries de assinaturas, no sentido de se evitar “caer em una ingenuidad o un atrevimiento inconvenientes”²⁸. E lembra as “[...] otras posibilidades que las suscripciones burocráticas ofrecen para un análisis de tipo

²⁶ Há outros trabalhos desenvolvidos a partir desse programa. Destaca-se aqui o da Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, que teve o objetivo de fazer medição de letramento, referente ao século XIX, em três localidades do Nordeste da Bahia: *Resultados sobre medição de letramento nos “sertões de dentro” a partir de livros cartoriais oitocentistas (1857-1878)*, apresentado no XVI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, em 2011.

²⁷ Na prática, trata-se de uma série de assinaturas, como se encontra, [...] nos registros de estado civil; [...] Só as assinaturas de âmbito burocrático têm a qualidade de indicador *universal, padrão* e *direto* que pela primeira vez Schofiel julga indispensável para construir uma história do alfabetismo. (Tradução nossa)

²⁸ Cair em uma ingenuidade ou um atrevimiento inconvenientes. (Tradução nossa)

sociológico: habitualmente van acompañadas de utilísimas informaciones sobre la profesión, residencia, edad, familia del firmante.”²⁹ (LANGELI,1996, p. 93).

É no âmbito burocrático que está inserida a fonte utilizada neste trabalho: o Livro de Registro de Nascimento número 11, da então “Villa de Conceição do Coité”, na Bahia. Além de permitir a medição dos níveis de alfabetismo a partir das assinaturas dos declarantes (seriadas, datadas e localizadas), o Livro apresenta informações que auxiliam na composição do perfil social dos sujeitos, como data e local de nascimento, idade (por inferência), estado civil, filiação e residência. Só não há informações acerca da ocupação; apenas em três registros, a profissão do indivíduo aparece (dois são “artistas” e um é “comerciante”)³⁰.

Esse Livro, que está arquivado no Fórum Durval da Silva Pinto, do município de Conceição do Coité, contém 630 Registros de Nascimento correspondentes a dois anos: 1933 e 1934. O Cartório de Conceição do Coité (ainda uma “Villa”), criado em 1889, nesse período, estava vinculado à Comarca de Serrinha, município vizinho, sob a jurisdição de Antônio Barbosa de Oliveira. O oficial de Registro Civil, que escreve e assina a maioria dos registros, é Luiz Gonzaga Pinto, mas há alguns assinados também pelo oficial Cícero Soares Santos.

²⁹ [...] outras possibilidades que as assinaturas burocráticas oferecem para uma análise de tipo sociológico: habitualmente vêm acompanhadas de utilísimas informações sobre profissão, residência, idade, família do assinante. (Tradução nossa)

³⁰ Os dados dos declarantes foram catalogados em fichas, conforme modelo extraído de Lobo e Oliveira (2013a, p. 310).

Figura 1: Capa do Livro de Registro de Nascimento, nº 11



Foto: Huda Santiago

Há dois tipos de registros no Livro, aqueles em que alguém – na maioria das vezes, o pai, a mãe ou outro familiar, mas aparecem também muitos casos em que o declarante não revela nenhum tipo de parentesco com a pessoa que está sendo registrada – declara o nascimento de outra pessoa e aqueles registros em que o declarante está registrando a si mesmo. Esses últimos são os que mais apresentam informações acerca dos aspectos sociológicos do assinante/não assinante (assinatura delegada), já que, no caso dos primeiros, aparecem descrições sobre a pessoa registrada e poucos dados relacionados a quem está declarando.

A oposição entre os que assinam e os que não assinam fica perceptível no trecho final dos documentos. Nos casos de assinatura a pedido, o escrivão declara que é “por não saber ler e nem escrever”. Há quatro casos, como no registro em que Ângelo Luiz Amâncio é o declarante, em que essa expressão é substituída por “a pedido do declarante que é analfabeto”. São muitos os documentos que possuem um mesmo declarante, ou seja, uma única pessoa, sem parentesco explícito com as pessoas registradas, assina o registro de vários indivíduos, de locais diferenciados (geralmente, de diversas fazendas

do município). São necessárias investigações sobre essa prática da época, para que se compreendam as razões pelas quais a própria pessoa não ia ao cartório declarar o seu nascimento, ou, no caso de crianças, o pai ou a mãe, declarar o nascimento do/a filho/a. Como, na maioria dos documentos em que isso ocorre, as pessoas residem da zona rural, uma justificativa poderia ser a dificuldade de acesso à sede do município (distância, falta de transporte etc.), ou mesmo por não ter a capacidade de assinar. Alguns nomes que se repetem como declarantes, que assinam o registro de várias pessoas, são os de Cícero Soares dos Santos, Durval Silva Pinto e Coronel Eustórgio Pinto Resedá.

Figura 2: Fac-símile do fólio n. 349, do Livro de Registro de Nascimento, nº 11

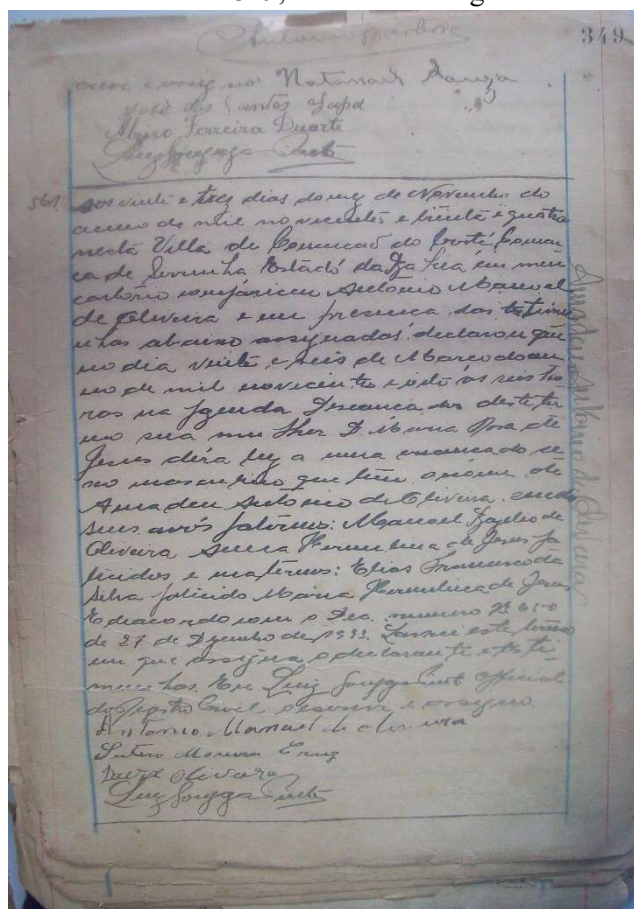


Foto: Huda Santiago

Com relação à execução gráfica da assinatura, ainda que este trabalho não contemple uma dimensão qualitativa, o que se abre como uma possibilidade para estudos futuros, exemplificam-se, nas figuras 3 e 4, assinaturas que parecem ser de indivíduos mais hábeis e, nas figuras 5 e 6, assinaturas com traçado mais inseguro que, possivelmente, são de mãos inábeis:

Figura 3: Assinatura de Álvaro Cedraz Carneiro (Registro nº 455)

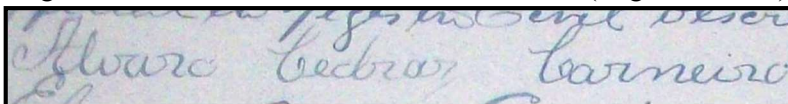
A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature is written in a cursive style and reads "Álvaro Cedraz Carneiro".

Figura 4: Assinatura de Maria Horminda dos Anjos (Registro nº 467)

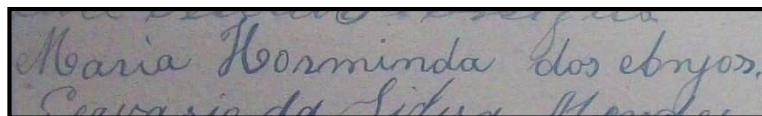
A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature is written in a cursive style and reads "Maria Horminda dos Anjos".

Figura 5: Assinatura de Augusto Gonçalves de Almeida (Registro nº 486)

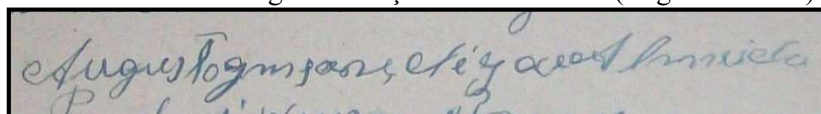
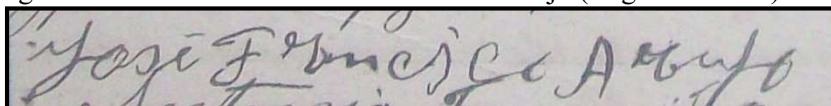
A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature is written in a cursive style and reads "Augusto Gonçalves de Almeida".

Figura 6: Assinatura de José Francisco de Araújo (Registro nº 223)

A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature is written in a cursive style and reads "José Francisco de Araújo".

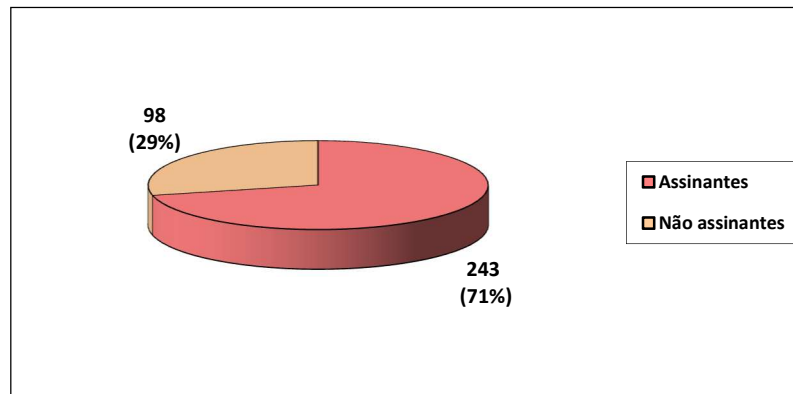
Através das figuras 5 e 6, nota-se que apenas a quantificação da capacidade de assinar não é suficiente para, em alguns casos, indicar o nível de alfabetismo do indivíduo, pois as assinaturas não medem exatamente a difusão da capacidade de escrever; retomando aqui o que indica Chartier (2004), são indicadores macroscópicos. Uma análise de caráter qualitativo, mesmo que com certa subjetividade, pode auxiliar no reconhecimento de produtos gráficos elaborados em níveis incipientes de aquisição da escrita.

3 Os dados: indícios dos níveis de alfabetismo

O Livro em estudo é composto por 630 registros. No total, foram considerados 341 declarantes; destes, 34 correspondem ao ano de 1933 e 307 a 1934. O número de declarantes não equivale à quantidade de registros, porque há muitos casos em que uma mesma pessoa declara vários nascimentos (ou um pai/mãe registra o nascimento de vários filhos, ou alguém é o declarante do nascimento de várias pessoas da comunidade), e há, ainda, 10 registros de pessoas de outras regiões da Bahia, que não foram considerados no geral dos dados.

A figura 7, a seguir, permite visualizar o conjunto de dados, com a oposição entre os assinantes e os não assinantes:

Figura 7: Assinantes *versus* não assinantes



Dos 341 declarantes, verifica-se que 243 (71%) assinam e 98 (29%) não sabem assinar. Para o caso dos não assinantes, os registros apresentam assinaturas a pedido, “por não saber nem ler e nem escrever”. Esse é um fenômeno denominado por Petrucci (1999) de “delegação da escrita”. Segundo o autor, é algo muito difundido, principalmente nas sociedades parcialmente alfabetizadas, e se verifica quando uma pessoa deveria escrever, mas não está em condições de fazê-lo, porque não pode ou não sabe, e solicita a outros que o façam em seu nome, especificando ou não as circunstâncias e as razões. Petrucci (1999, p. 105) afirma que:

De este modo se crea una situación dinámica de tensión, en la que categorías y grupos sociales hasta entonces excluidos del uso de la escritura advierten a la vez su necesidad y su carencia, también porque la progresiva burocratización de las relaciones sociales y económicas requiere a todos aquellos que desarrollan cualquier tipo de actividad una mínima capacidad gráfica.³¹

O percentual de 29% de não assinantes pode estar indicando que, no período em estudo, a população do Território do Sisal, na Bahia, ainda é vítima de um processo de escolarização precário, principalmente a da zona rural – pois a maior parte dos dados coletados corresponde a indivíduos de origem rural, como será comentado adiante. Considerando-se que esses dados correspondem à década de trinta do século XX, observa-

³¹ Deste modo cria-se uma relação dinâmica de tensão, em que as categorias e grupos sociais até então excluídos do uso da escrita advertem, por sua vez, sua necessidade e sua carência, também porque a progressiva burocratização das relações sociais e econômicas exige a todos aqueles que desenvolvem qualquer tipo de atividade uma mínima capacidade gráfica. (Tradução nossa).

se que é um percentual relativamente alto de não assinantes na região de Conceição do Coité³².

No início do século XX, em 1925, aprovou-se e sancionou-se a Lei 1.846, que trata da reforma do ensino do Estado da Bahia. Até então, a economia agrário-exportadora não exigia uma sociedade letrada, mas o contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais e movimentos diversos, como as revoltas armadas e a criação de partidos políticos, influencia a necessidade de que sejam estabelecidas reformas educacionais, principalmente na região sudeste do país, com o desenvolvimento industrial, conforme Cruz (2012). Segundo esse mesmo autor, apesar da realidade baiana ser diferente daquela da Região Sudeste, já que sua economia continuava predominantemente agrária, a Bahia também tomou providências para colocar a população na escola. Nesse sentido, a lei mencionada criou duas escolas normais no interior do Estado (em Caetité e Feira de Santana), e um dos objetivos da Escola Normal de Feira de Santana era formar mestres para alfabetizar as populações rurais do município e dos municípios circunvizinhos. No entanto, “a educação primária na zona rural do Estado da Bahia estava, em grande medida, nas mãos de leigos. Além do mais, o número de escolas desse nível de instrução não correspondia às necessidades da população baiana em idade escolar [...]” (CRUZ, 2012, p.45).

Em relação especificamente ao Território do Sisal, um trabalho preliminar (SANTIAGO, 2014), acerca de algumas memórias/narrativas de pessoas mais velhas da região, sertanejos nascidos na primeira metade do século XX, evidencia a raridade de escolas e a dificuldade de acesso às poucas que haviam, sempre lembrada como consequência da distância geográfica e/ou das baixas condições financeiras:

Num tinha escola... num existia escola... existia escola mas quem estudava naquele tempo? Filho de ó... uma pessoa naquele tempo pa formá um filho tê um médico... um filho formado ele é burguês é... nem a certo arguma pessoa da roça fazendero... que já era fazendero... que tinha umas condiçãozinha... às vez tinha pena de gastá o num gastava o num queria... (A.F.)

³² Essa região é caracterizada por uma base econômica sustentada principalmente por pequenos/as produtores/propriedades. A produção agrícola de subsistência, que tem como principal cultivo as lavouras de milho, feijão e mandioca, é dependente da regularidade das chuvas, o que leva a população a ter que conviver com as adversidades dos longos períodos de estiagem, e é complementada com a criação de pequenos rebanhos de bovinos e/ou caprinos. A extração do sisal, durante muito tempo, constituiu-se a base econômica da região, mas enfrentou um período de decadência a partir das últimas décadas do século XX.

Esse trecho apresenta indícios do valor que era dado à escola, já que a falta de condições financeiras não era o único entrave, pois os fazendeiros podiam ter pena de gastar ou simplesmente, não queriam gastar com escola. Ainda sobre a presença ou não de instituições de ensino na região, percebe-se a imagem do que era considerada uma escola naquela época, no meio rural, em que se inventava espaços de ensino-aprendizagem. As lembranças revelam que uma professora vinha de longe para ensinar poucos dias na casa de alguém da região: “ensinava assim numa salinha assim... como essa... assim... era na roça”. A presença da professora parece ter sido bastante passageira, o que confirma a ideia da raridade desse espaço:

Essa escola, a mulé chamava quem? Dinamérica... [...] ela num era daqui não [...] ensinou pocos dias na casa do meu avô [...] as menina aprendero... negócio de pocos dias um mês e meio e poco [...] essa mulé, essa professora [...] quem troxe foi um homem chamava Antonio do Sobrado... (A.F.)

É importante ressaltar a função da escola, ou seja, o que se aprendia, de acordo com as memórias: “só assinar o nome... era só assinar o nome a leitura de minhas irmãs foi essa... só de assinar o nome aí leiturinha poca” (A.F.). Essa afirmação encontra correspondência nas narrativas que fazem parte da pesquisa desenvolvida por Freixo e Teixeira (2011), também com velhos moradores de comunidades rurais da região do sisal:

Escola, naquele tempo não existia. Escola a gente não teve. [...] se quisesse assinar o nome, tinha que caminhar uma légua pra estudar. Naquele tempo a gente não tinha interesse, e eu não tive aquele interesse também em mim e não aprendi ler. Aprendi a assinar meu nome depois, com o tempo, por vontade de aprender, mas leitura eu não sei. (Seu Amado, p. 84).

Fui pra escola... naquele tempo não tinha escola, só se fazia aprender a assinar o nome, e qualquer coisa aí... tinha uns veios que ensinavam, um pouco mais, mas já ia embora, acabava aquela escola... eu aprendi a ler e escrever, estudando lá, com esse pedaço de tempo. (Seu Zezé Primo, p.117-118)

Como é possível notar, nessas memórias, que fornecem pistas acerca do processo de letramento na região, destaca-se a necessidade de aprender a assinar, associada ao papel da escola. Nos próximos itens, para uma melhor compreensão do contexto em que

os dados obtidos neste trabalho foram produzidos, considerando-se o perfil sociológico dos declarantes, serão cruzadas as informações sobre o sexo/gênero; a origem geográfica (rural/urbana), e o ano de nascimento dos declarantes com a capacidade de assinar.

3.1 Repartição por sexo/gênero

Dos 341 declarantes, 269 são homens e 72 são mulheres, como é possível visualizar na Tabela 1:

Tabela 1: Capacidade para assinar por sexo

	HOMENS	MULHERES
ASSINANTES	209 (77.7%)	36 (50%)
NÃO ASSINANTES	60 (22.3%)	36 (50%)
TOTAL	269 (100%)	72 (100%)

Há um equilíbrio entre as mulheres que sabem assinar (50%) e as que não sabem (50%). No entanto, a quantidade de homens que registram a próprio punho seu nome nos documentos é bem maior do que aqueles que não o fazem. Isso sugere que os homens parecem estar um pouco a frente das mulheres no que se refere à faculdade das letras nessa região.

3.2 Repartição por origem geográfica: rural e urbana

Do total de declarantes, foi possível identificar a origem de 308. Destes, a grande maioria, 264, é de origem rural, enquanto que apenas 44 são oriundos da zona urbana. O aspecto “origem geográfica” nem sempre indica o local de nascimento, pois, em alguns casos, o oficial anota apenas a residência do declarante, então, os dados aqui considerados englobam naturalidade e/ou residência. Em relação à zona rural, são diversas as fazendas citadas nos registros, algumas existentes até hoje, como as fazendas Rio das Pedras, Gangorra, Vassoura, Porteiras, Galheiro, entre outras, e algumas que atualmente são distritos ou povoados do município, como as antigas fazendas Goiabeira, Juazeiro, Onça e Lagoa do Meio.

Tabela 2: Capacidade para assinar por origem geográfica

	ZONA RURAL	ZONA URBANA
--	-------------------	--------------------

ASSINANTES	177 (67.1%)	40 (90.9%)
NÃO ASSINANTES	87 (32.9%)	4 (9.1%)
TOTAL	264 (100%)	44 (100%)

Mesmo que não haja um equilíbrio do número de declarantes distribuídos entre zona rural e zona urbana, na Tabela 2, evidencia-se uma expectativa inicial, a de que a maior parte dos não assinantes é da zona rural, 87 indivíduos. Dos 44 da zona urbana, apenas 4 não sabem assinar. O fato de as poucas escolas existentes serem situadas na zona urbana, e as dificuldades de acesso a elas à época, como já foi comentado, podem justificar esses números, com uma taxa de 32.9% de não assinantes na zona rural.

3.3 Repartição por ano de nascimento

Foi possível identificar o ano de nascimento de 178 declarantes. Esses dados foram repartidos em três períodos: século XIX (há 37 declarantes que nasceram nas últimas décadas desse século); de 1901 a 1910 (91 nasceram na primeira década do século XX), e de 1911 a 1920 (50 nascimentos).

Tabela 2: Capacidade para assinar por ano de nascimento

	Século XIX	De 1901 a 1910	De 1911 a 1920
ASSINANTES	25 (67.6%)	69 (75.8%)	42 (84%)
NÃO ASSINANTES	12 (32.4%)	22 (24.2%)	8 (16%)
TOTAL	37 (100%)	91 (100%)	50 (100%)

A Tabela 2 mostra certa redução gradativa de não assinantes a cada período, como é de se esperar. No século XIX, o percentual é de 32.4%; na primeira década do século XX, 24.2% e, na segunda, 16%. Essa redução pode ter relação com o relativo crescimento do processo de alfabetização formal no século XX, com a maior disseminação das escolas.

Considerações finais

Através do cômputo de assinaturas realizado neste trabalho, referenda-se a possibilidade de se investigar as práticas de escrita de indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos, nesse caso, dos sertanejos baianos, ainda pouco estudadas sob essa

perspectiva. Os resultados mostram que é significativa a taxa de indivíduos do Território do Sisal que não sabem assinar no início do século XX, principalmente os oriundos da zona rural.

Em estudos futuros, é possível: i. desenvolver uma análise de cunho qualitativo, avaliando-se o nível de execução gráfica das assinaturas; ii. recolher e quantificar dados referentes a outros períodos (outras décadas do século XX ou XIX), a fim de se estabelecer uma comparação com os resultados já encontrados; iii. recolher e quantificar dados em fontes da mesma natureza referentes aos municípios circunvizinhos, como Riachão do Jacuípe e Ichu, para também comparar os resultados. Além disso, está em andamento uma produção de dados a partir de narrativas de pessoas que nasceram na primeira metade do século XX, no sentido de saber mais sobre as suas circunstâncias de letramento. Isso pode elucidar questões referentes ao processo de aprendizagem da escrita, o que pode ser ampliado com outros trabalhos que tratem da história da alfabetização nessa região do semiárido baiano. Outras possibilidades são desejáveis, afinal, muito ainda está por fazer.

Referências

- CHARTIER, As práticas de escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 133-161.
- CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. Mestras e mestres para o sertão: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. In: SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antonio Roberto Seixas da (Org.). *Escolas Normais da Bahia – olhares e abordagens*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. p. 43-65.
- FREIXO, Alessandra Alexandre; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. *Entre as trilhas da memória: velhos da Terra do Sisal*. Feira de Santana: UEFS, 2011.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita - ideas para el debate. In: *Revista brasileira de história da educação*. n. 5, p. 93-124, jan/jun. 2003.
- LANGELI, Attilio Bartoli. Historia del alfabetismo y método cuantitativo. *SIGNO*. Revista de Historia de la Cultura Escrita. n. 3. Universidad de Alcalá de Henares. p. 87-106, 1996.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Aos olhos da inquisição. Níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; AMARANTE, José (Orgs.). *Várias navegações*. Português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA. 2013a, p. 303-328.

LOBO, Tânia Conceição Freire; OLIVEIRA, Klebson. Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetização na Bahia em finais de quinhentos. In: Rosario Álvarez; Ana Maria Martins; Henrique Monteagudo; Maria Ana Ramos. (Org.). *Ao sabor do texto*. Estudos dedicados a Ivo Castro. 1ed. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2013b, v. 1, p. 10-25.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2000.

OLIVEIRA, Klebson ; LOBO, Tânia Conceição Freire. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. In: Tânia Conceição Freire Lobo; Zenaide Carneiro; Juliana Soledade; Ariadne Almeida; Silvana Ribeiro. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 788-813.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

SANTIAGO. Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO. Huda da Silva. As memórias dos sertanejos baianos: expressões sobre suas práticas de escrita. In: VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica: modos de viver, narrar e guardar, 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: BIOgraph, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. Primeiros estudos. v. II. São Paulo: Humanitas/FAPESB. P. 391-399.